

Auxílio humanitário português chega à povoação de Salamanga

A Missão Boa Esperança já tinha sido «ultrapassada» quando há dias atrás uma delegação sua se deslocou à zona de Salamanga, numa operação de distribuição do auxílio humanitário recolhido em Portugal.

O comerciante Eugénio Ismael e o filho, com o mesmo nome, estão ali desde Novembro passado; quando, após um interregno de quatro anos, voltaram à Vila de Salamanga, 80 quilómetros a sul de Maputo.

Têm à venda de tudo um pouco — farinha, óleo, açúcar, vinho, fósforos, leite condensado, café, bolachas, conservas —, mas os clientes não parecem abundar.

Depois de mais de 14 anos de guerra na zona, a população só agora está a regressar. Mas desprovida de tudo, incluindo metálicas, a moeda nacional moçambicana.

Salamanga é hoje um nome célebre em Moçambique. Não porque esteja dividida entre o Governo e a Renamo. Isso acontece em muitos outros lados.

Mas porque é um dos casos mais difíceis de alegadas violações do cessar-fogo e nela estiveram detidos em Junho e Julho vários polícias e um deputado, que andavam a caçar «ilegalmente», segundo a Renamo.

O Governo diz que o movimento de resistência ocupou depois dos Acordos de Paz a «machamba» estatal

ali existente, a uns dois quilómetros da povoação. A Renamo jura que está ali desde 1990.

Foi esse o lugar escolhido pela delegação da Missão Boa Esperança, constituída por Diogo Vasconcelos, director da «Forum Estudante», e pelo padre José Baptista, para efectuar uma simbólica distribuição do arroz recolhido em Maio passado em Portugal.

Primeiro na «base» da Renamo, onde foram recebidos pelo chefe de Estado-Maior, Lindo Branco, depois na vila, acolhidos pelo secretário do «Grupo Dinamizador» da Frelimo, Carlos Malhovo.

Na base da Renamo não se viam armas. Estavam avisados da deslocação da comitiva, preparada no dia anterior pela Caritas moçambicana.

Mas a caminho da «base» não se podia deixar de reparar na estrada nos numerosos adolescentes, «sacudus» (moxilas) às costas, que dão um elemento de uniformidade à gente vestida com roupas velhas do mais diverso feitio.

Quem está à espera de uma verdadeira base, perímetro delimitado, armas a postos, homens fardados, não pode deixar de ficar desiludido.

Mulheres e homens vagueiam. «Mamanas» aleitavam. Crianças brincam. Cães ladram. Não é fácil distinguir quem é ou não guerrilheiro. Por ali também

está a população sob controlo da Renamo.

Não existem inscrições com «slogans» políticos como se vêem nos campos guerrilheiros de outras latitudes.

Ao todo, no interior de uma das casas da «machamba» um pequeno retrato de Afonso Dhlakama, com uma inscrição prometendo que com a sua direcção «a ditadura marxista da Frelimo em Moçambique será destruída e estabelecer-se-á a democracia, a liberdade, a justiça e os direitos humanos do Rovuma ao Maputo».

O ambiente é calmo. «Nunca mais houve problemas ali naquela área, desde que (os elementos do Governo) cessaram as suas actividades ilegais. Não tem havido problemas», garantiu Lindo Branco.

E as relações com as Tropas da Pedreira e Fábrica de Cal, a poucos quilómetros da base renamista? «Encontramo-nos, quando é necessário...», respondeu.

O responsável do movimento de Afonso Dhlakama afirmou que nunca teve problemas com o abastecimento alimentar. Mas, reconheceu, «tem havido dificuldade de sabão e roupa para os soldados».

A cantina de Eugénio Ismael poderia ser um recurso. «Não temos dinheiro. Ainda não recebemos» e só o «chefe supremo» sabe quando isso acontecerá.

Mas o cantineiro, que em 1988 deixou aquela localidade, depois de ter sido agredido e deixado inerte na estrada pelas tropas do Governo, afirmou que os elementos da Renamo são seus clientes.

São gente séria. Levam a mercadoria. Deixam vale. Depois vêm pagar. Grande diferença do período em que os soldados da Renamo foram os primeiros a arrombar as portas da sua cantina, levando comida e roupa.

Não foram os únicos. Foram também os militares do Governo seguidos pela população e levaram o resto. Ismael retirou-se para Maputo, mas periodicamente ia ver o que era seu, a cantina e os armazéns.

De uma das vezes encontrou a tropa da Frelimo na estrada. Perguntaram-lhe «se era maluco, o que estava ali a fazer» e depois agrediram-no.

A sua loja foi pilhada, levaram as portas, as janelas, as torneiras e as chapas de zinco que a cobriam. Na voragem da guerra desapareceram as suas 500 cabeças de gado, três veículos e o gerador que fornecia electricidade.

Não foi o único. O professor Silvestre Novela, que levou as suas 175 crianças da escola da Vila de Salamanga à distribuição na zona do Governo, perdeu tudo em 1990, «pela acção militar do inimigo».

Vivia então na Ponta do Ouro, uma antiga estância balnear a sudeste de Salamanga. «O Governo mandou um helicóptero para nos socorrer», recordou.

Esteve entretanto na Inhaca, uma pequena ilha na Baía de Maputo, mas com o Acordo Geral de Paz de Outubro regressou à sua região para leccionar os muitos deslocados que vão afluindo. As crianças «têm fome, têm doenças».

«A nossa escola é pobrezinha, mas nela nunca falta educação», cantam as

crianças, depois de terem entoado anacronicamente que «Samora Machel é o nosso presidente».

Silvestre Novela falou das dificuldades de abastecimento e, no fim, quando as suas crianças empunhavam cada uma o seu saco de arroz, não resistiu a dizer, testa enrugada: «Previ-ram qualquer distribuição para os professores...».